

Os usos do patrimônio e dos museus no ensino da História

Andrea Roca^{*}

Recebido em: 10/12/2018
Aprovado em: 22/01/2019

* Doutora em Antropologia Social. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (LACED-MN-UFRJ). Sessional Lecturer of Portuguese and Brazilian Culture, Department of French, Hispanic, and Italian Studies, University of British Columbia (FHIS-UBC). Email: andrea.roca@ubc.ca

Resumo

O objetivo deste texto é demonstrar como, a partir dos usos políticos do patrimônio, os museus constituem espaços privilegiados para questionar e desmontar os relatos oficiais. Nessa direção, na primeira parte deste trabalho apresentarei uma breve contextualização sobre a história dos mundos branco e indígena no atual território argentino para, na segunda parte, analisar as estratégias museológicas de uma exposição montada no Museu Etnográfico de Buenos Aires entre 2000 e 2010, que, baseada naquela história compartilhada, problematizava e minava a história oficial. A seguir, apresentarei três fatos contemporâneos sobre a atual e repetida criminalização do povo indígena mapuche pelo governo argentino para, na quarta e última parte, refletir sobre a centralidade da ação político-educativa dos museus no ensino crítico da História.

Palavras-chave

Patrimônio; museus; História; povos indígenas; Estado argentino

Abstract

The purpose of this text is to demonstrate how museums, through political uses of their heritage, are privileged spaces for questioning and dismantling official histories. In the first part I will present a brief historical context about the white and the indigenous worlds in current Argentina. In the second part, I will analyze the museological strategies of an exhibition held at the Ethnographic Museum of Buenos Aires between 2000 and 2010, that questioned and challenged the official history. I will then present three contemporary facts about the current and repeated criminalization of the Mapuche indigenous people by the Argentinean government. In the fourth and last part, I will reflect on the centrality of the educational and political action of museums in the critical teaching of History.

Key-words

Heritage; museums; History; indigenous peoples; Argentinean state

I – Uma história compartilhada

Entre 1876 e 1879, o exército argentino levou a cabo uma guerra aberta e sistemática contra os indígenas do Pampa e da Patagônia, conhecida como a “Conquista do Deserto”. Segundo a história oficial, os indígenas eram os inimigos da expansão civilizatória e da grandeza nacional, sendo imperativo submetê-los e/ou exterminá-los, com o objetivo de ocupar os seus territórios.

Para compreendermos os significados históricos e sociais dessa “conquista” é necessário, antes, introduzir brevemente o contexto mais geral das relações entre as sociedades branca e indígena.¹ A história compartilhada entre ambos os mundos remonta aos tempos coloniais, mas as suas relações se intensificaram de forma crescente durante a segunda metade do século XVIII, sendo o comércio o eixo principal.

As autoridades do Vice-reinado do Rio da Prata (criado em 1776) tiveram que considerar em sua agenda política, necessariamente, as relações com populações indígenas dos pampas: por um lado, elas controlavam o recurso estratégico do sal e, por outro, constituíam os únicos potenciais aliados perante a possibilidade de uma invasão estrangeira. Esses condicionamentos permitiram a existência de uma paz relativa durante esse período.

Ao longo do século XVIII, o governo do Rio da Prata tinha se integrado no mercado atlântico através da exportação dos produtos de pequenos assentamentos pecuários. O incremento das exportações gerou uma competição pelos recursos entre os povoadores rurais e indígenas que já mantinham relações comerciais com os crioulos² do Chile e com outras províncias argentinas, especialmente Buenos Aires. Segundo o historiador Raúl Mandrini,³ a estrutura desse circuito comercial já estava bem estabelecida em finais do século XVIII, e se consolidou no seguinte, dando lugar a uma crescente interdependência entre os distintos povos índios e a sociedade branca. A adoção de bens de origem europeia provocou uma nova organização da economia indígena, e o gado foi o recurso fundamental para a manutenção de toda essa rede.

No início, o comércio com o Chile tinha se alimentado essencialmente do gado selvagem que os índios capturavam nas planícies, mas, com sua progressiva extinção ao longo do século XVIII, o roubo de gado foi uma resposta estratégica a essa situação. Além de suas expedições de caça, essas sociedades organizaram malones, que consistiam em incursões a fazendas, a povoados e a outras comunidades indígenas.⁴

Não obstante, outra das estratégias foi a de um modelo econômico orientado para a criação de gado, tal como aconteceu nas terras do sul de Buenos Aires; dessa maneira, “...o índio se transformou também em ‘pastor e comerciante’, embora sem deixar de ser ‘guerreiro e maloquero’ se era necessário”.⁵ De acordo com este autor, durante o século XVIII também teve lugar a chamada ‘araucanização dos pampas’, produto das migrações do outro lado dos Andes para as terras livres pampeanas, não só pelo interesse em adquirir gado mas também para controlar, de perto, os circuitos que iam se consolidando.

Durante o período dos vice-reinados, as elites estavam formadas por comerciantes que raramente investiam algo no campo, e a consolidação da propriedade privada da terra não constituiu, até esse momento, uma grande urgência. A partir da Revolução de Maio de 1810, os crioulos tentaram convocar diferentes povos indígenas à causa revolucionária, para combater contra o inimigo espanhol e criar, com os índios, uma comunidade de interesses, pelo qual foi declarada sua igualdade jurídica poucos dias depois da revolução.⁶ Também era importante manter a paz com esses grupos, dado que as guerras de independência iam desproteger, militarmente, as áreas fronteiriças.

Mais tarde, as expedições do coronel Pedro Andrés García (1810, 1820, 1822) procuraram estender os territórios brancos com os objetivos de obter o sal, assegurar as fronteiras, fundar pequenos povoados, instalar entre os indígenas a agricultura e a pecuária, e favorecer a imigração.⁷ Principalmente, o seu avanço permitiria que o Estado colocasse terras à venda, para assim financiar os custos das guerras de independência.⁸ Em 1820 e 1823, as expedições do governador Martín Rodríguez conseguirão expulsar as tribos pampas para o sul da província de Buenos Aires.⁹

Como destaca o historiador Tulio Halperin Donghi,¹⁰ durante a primeira década independente, os custos das guerras contra os espanhóis tinham empobrecido a todos os setores da sociedade, mas, nessa crise, a recuperação do campo foi muito mais rápida e efetiva do que a do comércio. Depois de 1820, junto com os antigos setores rurais, também letrados, militares e comerciantes se lançaram sobre o campo, por considerá-lo a empresa mais rentável e segura.

A expansão pecuária que instalaria a futura nação na ordem econômica mundial implicava, indefectivelmente, o avanço territorial, procurando-se então estender as fronteiras sobre os territórios indígenas. Tal ampliação será administrada pelo Estado, que oferecerá terras em enfiteuse (a preços muito baixos) àqueles que se transformarão,

mais tarde, nos grandes proprietários terratenentes e chefes da sociedade pecuária. Enquanto o avanço territorial provocava a agressividade dos povos indígenas afetados, os novos e maiores estabelecimentos dos brancos se transformavam, ao mesmo tempo, em potenciais unidades de abastecimento para os indígenas, com os quais prover de mais gado os circuitos de comércio tradicionais. Aumentada a escala, os malones começaram a se transformar em empresas econômicas de grandes dimensões, cujo objetivo principal era a apropriação de gado para vendê-lo em territórios chilenos.¹¹ O recrudescimento dos malones em 1826 será enfrentado pelo ex-oficial napoleônico Federico Rauch em suas duas expedições (1826 e 1827). Nessas duas campanhas participaram, pela primeira vez, os “índios amigos” do sul de Buenos Aires.¹²

Enquanto isso, nas guerras civis entre “unitários” e “federais” (a partir de 1814, e que finalmente se estenderiam até 1880), os caciques tiveram condições de oferecer uma força guerreira significativa, aparecendo então uma complexa rede de alianças entre as comunidades indígenas e o Estado, com múltiplos circuitos a nível regional.¹³

Durante o governo de Juan Manuel de Rosas (1829-1852), foi estabelecido um sistema regular de contraprestações conhecido como o “Negócio Pacífico de Índios”, que garantiu uma paz relativa no campo.¹⁴ Buenos Aires continuou sua expansão produtiva e houve um progressivo povoamento dos novos territórios assegurados pela Campanha ao Deserto de 1833-1834, comandada por Rosas. Teve lugar uma privatização de terras que acabou consolidando a propriedade pecuária, mas não foram legalizados os direitos dos índios sobre os seus territórios.¹⁵

O objetivo da política indigenista de Rosas não foi melhorar a condição dos índios, mas oferecer segurança (e ocasionalmente mão-de-obra) à exploração pecuária. Após a queda do seu governo, aqueles que lhe sucederam não contaram com a habilidade para manter esse tipo de relações clientelistas, e foi muito difícil reconstruir as relações com os principais caciques “amigos”. Sentindo-se desprotegidos de Buenos Aires, estes começaram uma série de ataques sucessivos. Os últimos anos da década de 1850 marcaram o ponto mais alto de agressividade dos indígenas: os malones alcançaram uma envergadura impensada, devastando a fronteira de Buenos Aires.¹⁶

As questões brevemente apresentadas até aqui permitem-nos reconhecer uma direção nesses processos — que, retrospectivamente, parecem se tornar transparentes. Depois da Revolução de Maio de 1810,urgia constituir a ideia de nação e consolidar os corpos sociais que deviam integrá-la: aqueles importantes comerciantes do século XVIII

podiam ser considerados “irmãos” em igualdade jurídica, devido à conveniente unidade perante o perigo da dominação espanhola. Apenas uma década mais tarde, segundo os seus alinhamentos entre federais e unitários (e estabelecida uma clara distinção, aliás, com aqueles que chegavam do território chileno), os índios seriam catalogados como “amigos” e “inimigos”. Os segundos deviam ser exterminados, e os primeiros — “aliados políticos” — deviam assegurar a fronteira e/ou serem assimilados como mão-de-obra. A par do crescimento dos estabelecimentos pecuários, foram se desenhando progressivas distâncias entre a legalidade branca e a “criminalidade” indígena. As opções haveriam de ser basicamente duas: ou se avançava paulatinamente sobre os territórios indígenas através de negociações, ou se adotava uma política ofensiva; em outras palavras, ou eram submetidos ou eram eliminados. Já em meados do século XIX, os discursos estatais procurarão a criação de mercados livres sobre a base de uma forte concentração de terras, tornando-se necessário substituir o indígena pela imigração estrangeira. Como veremos, a opção será basicamente uma.

Na década de 1870, aquela incipiente organização política centralizada em Buenos Aires tentava conquistar e consolidar suas fronteiras interiores, expandindo-se para o “deserto” do sul do país. Embora esses territórios estivessem habitados por indígenas, não havia neles presença branca: carregados de barbarismo, estavam entretanto vazios de civilização. Era necessário ocupar aquelas terras para atender às demandas dos fazendeiros, mas também para acabar com o “problema do índio”, que impedia a configuração da ideia de um Estado moderno. Assim, a construção ideológica de um imenso território “deserto”, ocupado por umas poucas hordas de bárbaros que assaltavam fazendas, roubando gado e mulheres, seria particularmente adequada para fundamentar o modelo europeizante sobre o qual se organizou o processo de construção nacional.

A Conquista do Deserto,¹⁷ levada a cabo pelo general Julio Argentino Roca (1843-1914), ajustou-se às necessidades de um projeto político-econômico que pressupunha o caminho para a pacificação e civilização do país, a expansão de suas fronteiras e a afirmação territorial do Estado, assim como a construção de uma ideia de nação e o traçado do seu destino agropecuário. Com sua política ofensiva de extermínio e desestruturação contra os índios, Roca avançou em 1879 para as zonas pampeana-patagônicas, incrementando o patrimônio nacional com 54 milhões de hectares.¹⁸ A ocupação branca e seus objetivos eram transmitidos como uma expansão civilizatória; a

guerra contra o índio adquiria legalidade como prática política, apresentando de maneira “natural” a necessidade de despejar as terras da ameaça indígena, deixando-as livres para os civilizados agricultores e fazendeiros brancos que, pretensamente, chegariam da Europa.

A legalização do extermínio dos povos indígenas seria acompanhada pela exclusão do índio da história da Argentina. O discurso historiográfico se tornaria o instrumento privilegiado para deixar registrada uma determinada memória nacional e uma ideia moral de nação, e, nele, não aparecerão nem o aporte indígena à reprodução econômica da sociedade colonial, nem tampouco sua participação nos processos de independência e de formação do Estado nacional.

A partir daquele relato oficial organizaram-se então certas ficções, que ecoam até hoje no senso comum: o exército argentino estendeu as fronteiras sobre um deserto; os índios eram poucos, pobres, atrasados, cruéis e destinados inexoravelmente a desaparecer por sua incapacidade de se adaptar à civilização, e atualmente “não há indígenas na Argentina” porque, como reza o ditado popular, “os argentinos descendemos dos barcos” (ênfatisando-se assim uma origem de cunho imigrante, de ascendência branca e europeia). Junto com as imagens literárias e pictóricas produzidas durante o século XIX, essas convenções historiográficas acabariam por naturalizar um elaborado sistema de negações e de preconceitos, organizando um “conhecimento” determinado acerca dos indígenas: submetidos por sua “essência” ao primitivismo, à pobreza e à criminalidade, ficaram como algo exterior à história e ao presente da Argentina.

II - O ensino da história no Museu Etnográfico da cidade de Buenos Aires¹⁹

O Museu Etnográfico “Juan Bautista Ambrosetti” da cidade de Buenos Aires (doravante, ME) foi criado em 1904 no seio da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Depois de décadas de concepções articuladas sob a preeminência de uma arqueologia naturalista, uma antropologia física e uma etnologia fenomenológica, todas elas preocupadas pelo estabelecimento de essências e origens, a partir de 1987 (depois do retorno à democracia em 1983), um projeto definido de museu universitário colocou, como objetivos do ME, eliminar a ideia de “povos sem história” e “devolver” aos indígenas seu lugar na história argentina.²⁰

Perseguindo esses objetivos, a exposição *Além da fronteira* esteve em cartaz desde 2000 até 2010. Tentava dar conta das formas de vida e crenças das sociedades

indígenas que habitavam o Pampa e a Patagônia no século XIX, antes da Conquista do Deserto. Ocupava somente uma sala e possuía seis vitrines, nas quais se alternavam algumas armas, objetos de uso ritual e fotografias contemporâneas de membros de comunidades mapuches.

A preparação dessa exibição exigiu dois anos de pesquisas históricas e etnográficas. Mesmo sendo possível percorrê-la de maneira individual, as autoridades do ME preferiam mostrá-la através de visitas guiadas de uma hora de duração, focalizadas em diferentes temáticas — prataria, religião, comércio, organização política, entre outras. Para a montagem dessa exposição não foi necessário adquirir novos objetos ou solicitar empréstimos de outros museus; pelo contrário, as peças dessas vitrines já faziam parte dos depósitos do ME. O que era realmente “novo” era o propósito da exibição: apresentar, museologicamente, os habitantes de um espaço caracterizado durante décadas como um “deserto” — quer dizer, um lugar sem habitantes. Como conseguir um desenvolvimento expositivo sobre tais “fantasmas”?

Recuperar e ressignificar esses velhos acervos para uma reescrita da história implicava colocá-los em contato com o público de um modo diferente. Os visitantes não chegavam até as vitrines como uma *tábua rasa*; por isso, em primeiro lugar, os guias — pesquisadores especializados em antropologia — estabeleciam um diálogo com eles, tentando conhecer suas “ideias prévias”. Através do acesso a essas ideias, o ME pretendia conhecer os preconceitos dos visitantes, e trabalhar sobre eles.

Através de diferentes propostas interativas (que incluíam até atividades lúdicas), os guias tentavam também produzir “identificações” entre os supostos observadores e observados. Uma das estratégias era referir-se à visita no museu como um “trabalho de pesquisa”, dizendo aos visitantes: “estamos fazendo a mesma coisa que os arqueólogos: estamos pesquisando através dos objetos. Por trás dos objetos há pessoas, e a partir dos objetos podemos saber algumas coisas”. O fato de introduzir a profundidade social dos objetos (com “pessoas” por trás deles) acrescentava-lhes também uma profundidade temporal, colocando-os dentro de *processos* que nos orientavam para algo mais do que uma simples observação.

Os diferentes tipos de intervenções supunham interrogar os objetos a partir da ação, brincando com eles, tocando-os, manipulando-os, transformando-os e recriando-os em desenhos, fantasias e tecidos, entre outros. Essas ações didáticas tinham como finalidade que os visitantes não se esquecessem daquilo que tinham visto e ouvido, quer dizer: criavam memória. A partir dos jogos implementados nas visitas guiadas,

procurava-se gerar também uma produção de cenários e realidades etnográficas através das quais, em primeiro lugar, ensinar e refletir sobre diferentes modos de vida; em segundo lugar, colocar os visitantes em situações que lhes exigiam agir com a racionalidade daquelas sociedades, pelo fato de — como parte das atividades propostas — ter que deliberar, negociar e finalmente adotar uma posição. Assinalando-se que muitos dos objetos exibidos eram usados também pelos brancos, por exemplo, colocava-se a suposta “sociedade branca observadora” na posição de observada, estabelecendo outras narrativas, dados e relações que complexificavam o devir histórico das sociedades indígenas, desenhando-se, nesses percursos, limites mutáveis entre o “eles” e o “nós”. Esses contornos flexíveis e difusos permitiam desvincular as sociedades indígenas de uma certa ideia de “pureza” (no sentido de pensá-las historicamente em domínios separados do “nosso”), e as integrava em outra dinâmica histórica, que sacodia profundamente à ideia de “assimilação”.

Através de todas essas instâncias é que se tornava possível construir várias identificações entre os supostos “observadores e observados”; citarei alguns breves exemplos. Ao falar dos *caciques mapuches*, os guias explicavam a diferença entre autoridade e poder, e eram os alunos das escolas que relacionavam, e traziam à tona, os casos das “gorjetas” no senado da nação; outras vezes, os guias faziam referência à discriminação das populações indígenas, e eram os professores os que estabeleciam certas analogias, por exemplo, com a comunidade judaica e a perseguição nazista. Outra ponte era traçada a partir da Conquista do Deserto, para refletir sobre a situação política vivida durante a última ditadura militar (1976-1983) e a desestruturação da sociedade argentina nesse período.

Citarei mais um exemplo. Por ocasião do evento *Estamos em pé* (organizado pelo ME desde 2001, durante a semana do 12 de Outubro - Dia da Raça na América hispânica), uma das conferencistas era uma jovem mapuche que assistia, pela primeira vez, ao ME. Quando ela entrou e viu os *rewes* — esculturas em madeira, de uso cerimonial mapuche — irrompeu em pranto, explicando depois que suas próprias avós tinham lhe transmitido alguns episódios da Conquista do Deserto: pelo fato dos *rewes* terem sido considerados o centro cerimonial das comunidades, a violência militar começava sempre por se apropriar daquele símbolo que convocava à união. A jovem se sentia comovida por se defrontar, pela primeira vez, com essas figuras, não somente símbolo de sua comunidade, mas também do sangue derramado do seu povo.

O acontecido com a jovem mapuche era contado durante as visitas guiadas: depois de perguntar aos visitantes “você sabem como chegaram os *rewes* a este museu?”, os guias ofereciam toda essa informação, gerando assim um espaço participativo de debate e de ativo intercâmbio com o público. Dessa maneira, um objeto de uso cerimonial mapuche era, ao mesmo tempo, um troféu de guerra usurpado durante a Conquista do Deserto; era também um dos elementos que o próprio museu instalava dentro de um processo histórico de dominações coloniais e era, aliás, a ferramenta privilegiada e crítica que os guias do ME colocavam em funcionamento durante a visita guiada para dar conta dessa corrente.

Todas essas “identificações” eram geradas entre os atores que participavam das visitas como o resultado da confrontação desses passados, mas ressignificados a partir daquele presente, permitindo refletir então sobre situações histórico-políticas que podiam ser vistas como análogas: os migrantes limítrofes, os índios mapuches expulsos das suas terras, os judeus, os militantes de esquerda exilados, etc. Ou seja, combinando passados e atualidades a partir desses “velhos acervos”, os atores produziam uma nova situação social, abrindo incorporações diferentes sobre esses objetos na contemporaneidade dos visitantes.

Quando se falava dos mapuches, mostrando fotografias contemporâneas, os visitantes não os reconheciam como indígenas porque não estavam “vestidos como índios” (com plumas, arcos, flechas etc.). Os guias costumavam enfatizar “eles se vestem da mesma maneira que nós”, ou “eles escutam cumbia, como vocês”.²¹ Segundo os guias, esse tipo de comentários “batia” muito, provocando reações de assombro e desconfiança. Um deles nos explicava que costumava perguntar às crianças das escolas se os gregos e os romanos ainda existiam: diante da resposta afirmativa, perguntava-lhes se os gregos e os romanos ainda se vestiam com túnicas e coroas de louro na cabeça. Ao responderem imediata e claramente que “não”, o guia interrogava-os: “E por que, então, os índios deveriam se vestir sempre igual?”.

Essas exigências de “autenticidade” — que repetem o gesto de dominação cultural sobre as comunidades indígenas — apareciam com muita frequência entre os visitantes do ME, e constituíam uma das principais problemáticas abordadas pelos guias. Seja porque “desapareceram” no século XIX, ou seja pelo fato de não coincidirem com as imagens estereotipadas no sentido comum (vinculadas à ideia do “primitivo”), frequentemente os indígenas não eram reconhecidos como tais. Dessa

forma, era negada a identidade (e, conseqüentemente, os seus direitos) àqueles índios “camponeses”, ou àqueles que moram na cidade falando espanhol, habitando casas, vestindo roupas, frequentando escolas, consumindo bens industrializados, utilizando modernas tecnologias, ouvindo “nossas” músicas, etc.

Dentre as fotos que se mostravam nas visitas guiadas, uma delas era de uma conferência mapuche por reivindicação de terras que, sendo de sua propriedade, foram vendidas durante o governo Menem (1989-1999) aos empresários têxteis Carlo e Luciano Benetton. Ora mencionado pelos guias, ora pelos visitantes, o “escândalo Benetton” era trazido em quase todas as visitas; segundo uma das guias, “...é bom falar disso, porque o que eles [os visitantes] veem aqui, tem continuidade com isso, quer dizer: você aporta conhecimento e história a um evento que acontece ‘hoje’... Então, [os índios] não são ‘pessoas querendo ocupar um terreno’...”.

Colocados e/ou questionados com diferentes profundidades, introduziam-se temas da atualidade e produziam-se rupturas; assim, as imagens criminais e pauperizadas dos indígenas se contradiziam com a fluidez dos intercâmbios comerciais do século XIX que permitiam conceber a importância e significação da sua presença, chegando a constituir-se como grupos com sucesso econômico; “mobilidade” não era sinônimo de “nomadismo” e implicava, aliás, um uso eficiente do espaço; elementos de caça “indígenas” eram utilizados também pelos brancos; elaboradíssimos tecidos cheios de significados substituíam a ideia de peles rudes; a homogeneidade social e política desaparecia perante uma sociedade hierarquizada e heterogênea, dentro da qual alguns “pactuavam” com os brancos; as epidemias que teriam dizimado essas sociedades eram minimizadas, abrindo espaço para um Estado genocida; já não se tratava de camponeses que invadiam terras, mas de povos indígenas que faziam parte da história e do presente dos argentinos, e que reclamavam seus direitos. Também era alterada a própria ideia de museu, devido a sua integração na cadeia de dominação e usurpações coloniais. Era claro que os objetos expostos em *Além da fronteira* faziam parte de uma história social, e que por isso se relacionavam com atores sociais, tanto do passado, quanto do presente.

Através do intenso trabalho da sua Área de Extensão Educativa, o ME conseguia desestruturar o suposto “conhecimento” elaborado pela história oficial sobre a Conquista do Deserto, destacando seus paradoxos e contradições para instalar dúvidas, e assim abrir o espaço para novas questões e perguntas.

III - A continuidade da história oficial: três fatos contemporâneos

Dando agora um pulo no tempo, a seguir apresentarei três fatos contemporâneos que, como analisarei mais adiante, encontram a sua condição de possibilidade nos andaimes da história oficial.

Fato número 1: Semana Santa na Argentina, março de 2016. Enquanto Barack Obama (ainda presidente dos EUA) visitava Buenos Aires e tinha lugar o 40º aniversário do golpe de estado de 1976 (com a tradicional parada junto às mães e avós de Praça de Maio), o atual presidente da Argentina, Mauricio Macri, passava o fim de semana no Lago Escondido, província de Rio Negro, na mansão do seu amigo inglês Joseph Lewis, multimilionário possuidor de 14 mil hectares nessa terra ancestral mapuche, usurpada anteriormente pelo Estado argentino. Na altura daquela visita, Lewis se defrontava com várias causas na justiça pela aquisição irregular desse terreno na década de 1990, quando a legislação proibia que os estrangeiros comprassem mais de mil hectares. Não obstante, Macri modificou a Lei de Terras em julho de 2016, e o assunto ficou resolvido. Atualmente Lewis parece enfrentar somente os reclamos dos habitantes do lugar, que nunca mais tiveram acesso ao lago, considerado reserva natural. Proximamente, a empresa Patagonia Energía, propriedade de Lewis, vai construir uma central hidroelétrica naquele local.

Fato número 2: Em setembro de 2016, o então ministro da Educação da Argentina, Esteban Bullrich, no ato de inauguração do Hospital Escuela de Veterinaria de la Universidad Nacional de Río Negro, referiu-se à importância dessa inauguração como “...uma nova Conquista do Deserto, mas desta vez sem espadas, com a educação”, acrescentando que “...sem profissionais, que multipliquem o que nós fazemos, seria inútil, porque não estaríamos povoando este deserto”.²² Como explica claramente o jornal citado, a família Bullrich foi uma das 290 beneficiadas com grandes latifúndios depois da campanha genocida de Roca em 1879.

Esteban Bullrich é o tataraneto de Adolfo Bullrich (1833-1904), empresário e prefeito da cidade de Buenos Aires entre 1898 e 1902, sob o governo do então presidente (e ex-comandante da Conquista do Deserto) Julio Argentino Roca. Filho de alemães, Adolfo Bullrich foi estudar na terra dos seus pais e, de volta na Argentina, foi militar da Guardia Nacional. Em 1867 criou a empresa Adolfo Bullrich y Cía., um leilão de propriedades rurais e, mais tarde, terrenos “ganhos” durante a Conquista do Deserto, enriquecendo rapidamente. Em 1921 foi inaugurada a casa matriz da sua empresa, que

funcionava no belíssimo prédio do atual centro comercial Patio Bullrich, no centro da cidade.

Fato número 3: Em 1º de agosto de 2017 houve uma feroz repressão na estrada número 40 da localidade de Cushamen, província de Chubut, levada a cabo pela Gendarmería Nacional contra a comunidade mapuche Pu Lof. Através de um assentamento, estes mapuches reclamavam pelo reconhecimento das suas terras contra a ocupação perpetrada pela empresa Benetton. Em 1991, o famoso grupo têxtil comprou 900 mil hectares na Patagônia, com o propósito de criar mais de 100 mil ovelhas. Desde então, os mapuches vêm reclamando os seus direitos ancestrais, lutando e resistindo.

Naquele ato repressivo desapareceu um artesão não-indígena chamado Santiago Maldonado. Solidarizando-se com a causa mapuche, ele apoiava a comunidade e participava dos protestos. Testemunhas afirmaram que o Santiago foi sequestrado pela Gendarmería Nacional. O seu corpo apareceu 77 dias depois, sob circunstâncias altamente duvidosas, nas águas do rio Chubut (área onde tinham se realizado buscas anteriormente). O presidente Macri, o chefe de gabinete, Marcos Peña Braun, e a ministra de Segurança, Patricia Bullrich, foram denunciados pela Liga Argentina por los Derechos del Hombre pelas causas de “desaparição forçada”, “encobrimento”, e “abuso de autoridade”.²³

Patricia Bullrich, ministra de Segurança, é tia segunda do Esteban Bullrich. Do lado paterno, ela pertence à família Bullrich; do lado materno, à família Pueyrredón.²⁴ E o terceiro imputado nessa causa, Marcos Peña Braun, é descendente direto da família Braun-Menéndez. No seu livro *Menéndez, el rey de la Patagonia*, o historiador José Luis Alonso Marchante²⁵ analisa a participação dessas famílias como membros da Sociedade Rural Argentina (núcleo histórico das famílias terratenentes) e seu papel como proprietários da Sociedade de Exploração da Terra do Fogo, chegando a possuir 1.376.160 hectares em terras patagônicas com fazendas, frigoríficos, curtumes e produção de lã.

A par destes fatos, desde 2016 os meios monopólicos de comunicação, em conivência com o atual governo, têm se dedicado com certa veemência a apresentar “o conflito mapuche” reiteradas vezes, transformando-os constantemente em invasores em vez de invadidos, definindo-os como violentos “terroristas” possuidores de armamentos, apátridas, que recebem apoios clandestinos de supostas organizações estrangeiras. Referindo-se a eles através de linguagens racistas e preconceituosas, eles têm autorizado

e naturalizado a violência verbal, física e mediática contra os mapuches, deslegitimando, por sua vez, as conquistas dos povos indígenas destes últimos trinta anos até nos seus aspectos mais básicos (tais como o conceito de cidadania indígena, por exemplo).

Considerando os museus como centros de investigação e pesquisa, a pergunta seria: como lidar, em termos museológicos, com estas realidades?

IV - Os museus como educadores no ensino da História

Aceitar o relato da história oficial implica, entre outras coisas, aderir aos seus ideais de “unidade nacional” e assimilação, transformando em inimigos aqueles que ousem contestar a ideologia e o relato hegemônicos. Por isso, apresentar os mapuches como criminosos e violentos não é novo. Os conflitos criados sobre suas terras ancestrais e a construção da sua criminalidade sempre estiveram claramente vinculados aos interesses econômicos das classes dominantes; entretanto, a cada momento histórico renovam-se os objetivos e as estratégias para construir essa criminalização.

Em 2006 foi sancionada a chamada “Lei de Emergência Territorial Indígena nº 26.160”. Depois de diferentes prorrogações (em 2009 e 2013), através dela ficavam suspensos, até novembro de 2017, toda e qualquer tentativa de despejo dos territórios onde se encontrassem as comunidades indígenas. Era necessário, antes, realizar os inquéritos técnico-legais da situação fundiária, entendidos estes como o passo prévio para formalizar os títulos de propriedade comunitária. Em novembro de 2017, as províncias de Neuquén, Río Negro e Santa Cruz ainda não tinham finalizado os relevamentos, deixando as comunidades indígenas em uma situação de extrema vulnerabilidade. De tal forma, ia ser especialmente conveniente que, para esse momento, se instalasse no senso comum, e com muita ênfase, a ideia de que esses “criminosos improdutivos” não mereciam a posse de tais terras.²⁶

Apesar de ter se demonstrado inúmeras vezes, através de reconhecidos historiadores e intelectuais, a falsidade do relato oficial sobre a Conquista do Deserto — uma história branca, triunfalista, racista, elitista, centralizada em Buenos Aires e repetida durante décadas nas escolas argentinas —, a continuidade daquelas mesmas elites nos espaços de poder político têm constantemente obstruído sua desconstrução. Durante os períodos democráticos do país houve excelentes iniciativas, projetos e programas concretos para dar a conhecer a história dos povos indígenas, que por sua vez acompanhavam as lutas das próprias comunidades pela ampliação de direitos. Sem

dúvida, o artigo 75, inciso 17, da Constituição Nacional de 1994 marcaria um antes e um depois nas trajetórias políticas destas comunidades: nele se reconhece a pré-existência étnica e cultural dos povos indígenas, garantindo o respeito a sua identidade e o direito a uma educação bilíngue e intercultural, reconhecendo-os como pessoas jurídicas e legitimando o direito à posse e à propriedade comunitária das terras que ocupam tradicionalmente. A partir desse momento, os povos indígenas se organizaram mais solidamente para tornar efetivos os seus novos direitos constitucionais.

Não obstante, os esforços por uma reescrita da história ficaram, ao meu entender, mais restringidos às áreas acadêmicas do que abertos à divulgação escolar ou à opinião pública. Neste sentido, é importante considerarmos que tanto os professores interessados na visita ao ME, quanto os guias que nele trabalham, concordavam em assinalar a falta de bibliografia escolar para o estudo das sociedades indígenas. Diante desse “vazio”, o ME se apresentava então como umnexo entre a instituição universitária e o público, traduzindo uma linguagem científica em outra, de divulgação. E este é, ao meu ver, o potencial riquíssimo e privilegiado de ação político-educativa das instituições museológicas.

Sabemos que os objetos sozinhos não acumulam dados, nem evocam a mesma coisa para todos em qualquer tempo e lugar. Sabemos também que os objetos estão constituídos e atravessados por relações sociais, e, portanto, são veículos de interpretações e representações ao longo de suas histórias de vida.²⁷ Eles remetem à produção de sentidos através das suas interações sociais. A cada contexto, mobilizam-se, neles, significados capazes de criar sentidos e valores, funcionando então como meios de orientação para compreender realidades presentes ou passadas.

Como já expressei em outro trabalho,²⁸ um museu deve ser capaz de colocar os objetos junto à atualidade da sua sociedade e da sua história. Se os objetos de *Além da fronteira* nos permitiam compreender criticamente a Conquista do Deserto e a usurpação territorial feita pelo Estado argentino, eles também devem ser capazes de nos conectar com os posteriores avanços territoriais dos terratenentes privados, das empresas de petróleo, dos projetos turísticos em grande escala, dos empreendimentos de mineração etc., assim como também devem ser capazes de nos explicar a Lei nº 26.160 e os três fatos contemporâneos descritos acima.

Como costumava repetir o então diretor do Museu Etnográfico, José Antonio Pérez Gollán, “Os objetos sozinhos não dizem nada... Eles dizem alguma coisa quando

alguém sabe lhes fazer perguntas” (entrevista, 14/02/2005). A elaboração dessas perguntas constitui, portanto, um exercício de responsabilidade e vontade política. Os *rewes*, por exemplo, também poderiam nos ensinar por quê, para a família Bullrich, resulta fundamental defender o suposto “legado civilizatório” da Conquista do Deserto; por que a manutenção desse legado permite que o atual presidente não se oponha à repressão dos mapuches, e beneficie o seu amigo inglês; por que morreu o Santiago Maldonado, entre muitas outras perguntas. Esses objetos também podem nos ensinar que as demandas mapuches sobre a questão territorial incluem o seu reconhecimento como nação, e o direito a uma forma específica de vida e de autogoverno. Esses mesmos objetos podem demonstrar, aliás, que há muitas maneiras diferentes de ser argentino.

O que sabemos dos objetos quando falamos deles? No lugar das certezas, coloquemos novas perguntas. Se os patrimônios e os museus não forem interrogados criticamente para explicar a nossa contemporaneidade (isto é, *para nos ensinarem História*), eles serão, simplesmente, uma coleção ornamental de passados imaginários.

¹ O desenvolvimento desta primeira parte está baseado principalmente em MANDRINI, Raúl. *La Argentina aborígen. De los primeros pobladores a 1910*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008; LAZZARI, Axel. *¡Vivan los indios argentinos! Análise das estratégias discursivas de etnicização / nacionalização dos ranqueles em uma situação de fronteira*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS-MN-UFRJ, 1996; ROCA, Andrea. *Os sertões e o deserto. Imagens da ‘nacionalização’ dos índios no Brasil e na Argentina, na obra de J. M. Rugendas (1802-1858)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2014, p. 273-284.

² Filhos de espanhóis, nascidos em território americano.

³ MANDRINI, Raúl. “Los ‘araucanos’ en las pampas (c.1700-1850)” In: BOCCARA, Guillaume (ed.). *Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)*. Lima: IFEA/Quito:Ediciones Abya-Yala, 2002, p. 237-257.

⁴ Id. p. 242-243.

⁵ Id. Ibid.

⁶ Vejam-se artigos publicados no Jornal *La Gaceta*, Buenos Aires, 09/06/1810, e 24/01/1811, citados em GOLDMAN, Noemí. “Crisis imperial, Revolución y guerra (1806-1820)”. In: *Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005, p. 21-70. O fundamento jurídico de igualdade perante a lei será sancionado de forma definitiva através da chamada Asamblea General Constituyente del año 1813.

⁷ Veja-se COMANDO GENERAL DEL EJÉRCITO (CGE). *Política seguida con el aborígen, tomo II*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1973-1974, p. 427; 454; 459-460.

⁸ Veja-se CGE, tomo I, p. 564.

⁹ Veja-se LAZZARI, Axel. “¡Vivan los indios argentinos!...”, Op. cit., p. 46; e RODRÍGUEZ, Martín. *Diario de la expedición al desierto (1824)*; citado em CGE (Op.cit.), tomo I, p. 479.

¹⁰ HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la Revolución de Independencia a la Confederación Rosista*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

¹¹ Veja-se MANDRINI, Raúl. “Los ‘araucanos’ en las pampas... Op. cit.

¹² Veja-se BERNAL, Mirta. *Rosas y Los Indios. Concepción del Uruguay*. Entre Ríos: Editorial Búsqueda de Ayllú, 1997, p. 29.

¹³ Veja-se CGE, tomo I, p. 254-256; 287. Vejam-se também MANDRINI, Raúl. “Los ‘araucanos’ en las pampas... Op. cit., p. 45; MARTÍNEZ SARASOLA, Carlos. *Nuestros paisanos los indios*. Buenos Aires: Emecé, 2005.

¹⁴ Veja-se BERNAL, Mirta. Op. cit., p. 49. Para uma análise minuciosa do desenvolvimento do “Negócio Pacífico”, veja-se o excelente artigo de RATTO, Silvia. “El ‘negocio pacífico de los indios’: la frontera bonaerense durante el gobierno de Rosas”. *Siglo XXI. Revista de Historia*. México DF: Segunda época, nº 15, enero-junio, 1994, p. 25-47.

¹⁵ Veja-se RATTO, Silvia. “Cuando las ‘fronteras’ se diluyen. Las formas de interrelación blanco-indias en el sur bonaerense”. In: MANDRINI, Raúl e PAZ, Carlos (org.). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX. Un estudio comparativo*. Tandil: Universidad del Centro/Instituto de Estudios Histórico-Sociales, 2003, p. 199-232.

¹⁶ Calcula-se que esses grandes *malones* se apropriaram, aproximadamente, de meio milhão de cabeças de gado. Veja-se MANDRINI, Raul. “¿Sólo de caza y rolos vivían los índios? Los cacicatos pampeanos del siglo XIX.” *Siglo XIX. Revista de Historia*. México DF: Segunda Época, nº 15, enero-junio, 1994, p. 12.

¹⁷ Como aponta MANDRINI. Raúl o nome desta empresa militar carrega sua própria contradição: um “deserto” não precisa ser “conquistado”; só pode ser ocupado.

¹⁸ ROTKER, Susana. *Captive women: oblivion and memory in Argentina*. Minneapolis: University of Minesota Press, 2002.

¹⁹ O texto desta parte do artigo está baseado no capítulo III da minha dissertação de mestrado, “Arqueologia e História nas visitas ao Museu Etnográfico”. In: ROCA, Andrea. *Objetos alheios, histórias compartilhadas: os usos do tempo em um museu etnográfico*. Rio de Janeiro: DEMU-IPHAN, p. 123-176, 2008.

²⁰ PÉREZ GOLLÁN, José Antonio. “Proyecto ME/87”. *Noticias de Antropología y Arqueología*, nº 17. Buenos Aires: Equipo Naya, 1997, p. 15-35; PÉREZ GOLLÁN, José Antonio e DUJOVNE, Marta. “El Museo Etnográfico de la Facultad de Filosofía y Letras: balance de una gestión”. In: *Runa. Archivo para las Ciencias del Hombre*, Vol. XXII. Buenos Aires: ICA-Ffyl-UBA, 1995, p. 119-131.

²¹ A *cumbia* é um tipo de música popular, de origem colombiana, mas apropriada e difundida por vários países latino-americanos.

²² Veja-se o jornal *Página 12*, 16/09/2016; <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-309499-2016-09-16.html>. Acesso em: 06 de dez. 2019.

²³ Em 25 de novembro desse mesmo ano, forças da Prefectura Naval Argentina atacaram com violência a comunidade mapuche Lafken Winkul Mapu, na zona do Lago Mascardi (província de Rio Negro). Um jovem mapuche foi morto (Rafael Nahuel, de 27 anos); veja-se jornal *Página 12*, 25/11/2017; <https://www.pagina12.com.ar/78435-otra-vez-persecucion-y-muerte-en-la-patagonia>. Acesso em: 06 de dez. 2019.

²⁴ Juan Martín de Pueyrredón foi diretor supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata (1816-1819); Honorio Pueyrredón foi ministro da Agricultura em 1916 e de Relações Exteriores (1917-1922); Carlos Pueyrredón foi prefeito da cidade de Buenos Aires (1940-1943).

²⁵ ALONSO MARCHANTE, José Luis. *Menéndez, rey de la Patagonia*. Santiago de Chile: Editorial Catalonia, 2014.

²⁶ Sancionada em 2006, a Lei nº 26.160 foi prorrogada em 2009, em 2013, e em 2017, até novembro de 2021. Fizeram-se levantamentos de 828 comunidades, faltando ainda 762 (veja-se <https://www.argentina.gob.ar/noticias/prorrogan-la-ley-26160-hasta-2021>).

²⁷ Veja-se APPADURAI, Arjun. “Introduction: commodities and the politics of value”. In: *The social life of things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 3-61.

²⁸ ROCA, Op.cit.